

APRESENTAÇÃO

Este documento, que ora se divulga, é o resultado do esforço conjunto das autoridades federais e estaduais que, no campo da cultura, procuram harmonizar pensamento e decisões com o objetivo de um melhor trabalho em comum.

Surgiu da necessidade de se realizar um levantamento das aspirações mais imediatas dos setores culturais dos Estados, e de se evitar a dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros, no momento em que os governos Federal e Estaduais se voltam para uma ação decidida de incentivo e preservação dos nossos valores culturais.

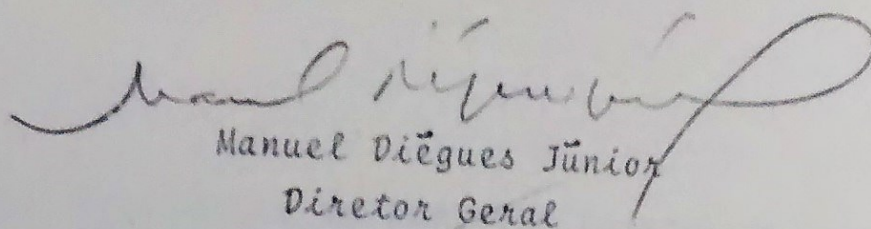
Para a elaboração deste documento contribuíram, sem exceção, todos os Estados brasileiros que, representados por seus Secretários de Cultura, geraram o mais completo repositório de princípios, idéias e sugestões de atuação dos governos no setor cultural jamais realizado em nossa história.

Ao Departamento de Assuntos Culturais, do Ministério da Educação e Cultura, coube exclusivamente ordenar as conclusões do Encontro de Brasília, compatibilizando-as com a Política Nacional de Cultura, com o objetivo de dar-lhes consequências mais imediatas.

Ressalte-se o apoio de Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, na promoção do Encontro de Brasília, que, com sua presença e atitudes, vem demonstrando o invulgar interesse com que se dedica aos assuntos de nossa cultura.

Comprovam-no as palavras com que Sua Excelência abriu o Encontro de Brasília, as quais transcrevemos a seguir.

Aos Secretários de Cultura do Brasil as nossas felicitações e agradecimentos pelo trabalho realizado, que aqui vai transcrita, para melhor orientação de toda a atividade oficial no campo da cultura.



Manuel Diêgues Júnior

Diretor Geral

Departamento de Assuntos Culturais

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA, O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, NEY BRAGA, DURANTE A ABERTURA DO ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE CULTURA

Senhor Presidente do Conselho Federal de Cultura, Senhores e Senhoras:

É uma oportunidade que muito prezo abrir este Encontro destinado a reunir representantes dos que se voltam para a Cultura, nos níveis federal e estadual da administração pública.

O nosso ministério não tem poupado esforços no sentido de redobrar a intensidade do seu trabalho para promover culturalmente a grande nação brasileira. Sabemos todos que a cultura é elemento definidor da nacionalidade, porque permite a manutenção de vínculos indissolúveis que identificam uma determinada consciência nacional, unindo os homens, no espaço e no tempo.

A realização deste Encontro revela a preocupação em articular as nossas atividades de modo a retirarmos o melhor proveito dos programas que estamos desenvolvendo. É necessário, como bem compreendemos, não desperdiçar recursos humanos e financeiros, dispensando esforços em um correto sentido de coordenação. Essa coordenação é portanto indispensável, para bem realizarmos a política nacional do setor, que visa incrementar o teor de brasilidade da nossa cultura, pelo que, as dimensões regional e nacional são necessariamente abrangidas.

Já dissemos, várias vezes, que o estabelecimento de uma política não significa uma intervenção na atividade cultural espontânea, ou a sua orientação segundo formulações ideológicas de

orientadores da liberdade criadora que esta atividade supõe.

Por este motivo, a ação do Governo é para estimular, apoiar e possibilitar a ação cultural de indivíduos e grupos que, como conjunto orgânico, são manifestações da vida do nosso povo.

O que nos interessa é a cultura brasileira que está fundada nos valores espirituais que formaram as origens deste País como nação, e certamente hão de assegurar-lhe o futuro de grandeza digno da nossa história, como povo livre e independente.

Em síntese, o nosso propósito com a Política Nacional de Cultura foi estabelecer um conjunto de diretrizes que visam a preservar o patrimônio cultural brasileiro e incentivar o nosso potencial criativo.

Assim sendo, não é demais repetir que o desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica, mas tem uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto.

Algumas medidas importantes já foram tomadas: a instituição da Fundação Nacional de Arte e a reformulação da EMBRAFILME, representam passos relevantes da execução da Política Nacional de Cultura; a instalação do Conselho Nacional de Direito Autoral é, sem sombra de dúvida, outra conquista marcante.

Na FUNARTE, pretendemos incentivar a atividade operacional de todos os setores culturais, deixando ao nosso Departamento de Assuntos Culturais o campo aberto para as formulações e para a coordenação.

É muito importante, porisso, que este Encontro seja aproveitado para que a dimensão nacional não prejudique a regional, nem a regional seja diluída por falta de apoio adequado. Por outro lado, é preciso que este Encontro estabeleça canais de comunicação eficientes, de modo a que todos os interessados tenham respostas rápidas e oportunas, conhecendo já as prioridades fixadas.

Trazendo um abraço amigo a todos os participantes deste Encontro, quero dizer-lhes que estou e sempre estarei ao lado de

todos os Senhores. Bem avalio o valor e a profundidade do trabalho que realizam e o respeito que sinto pelo que fazem, e o ênfase, através das palavras de João Cabral de Melo Neto, "a vida não foi feita para ser guardada num cofre e, como sabemos, cultura é vida." Muito Obrigado.

ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE CULTURA

BRASÍLIA, 12,13,14 DE ABRIL/76

I - INTRODUÇÃO

Os Secretários de Cultura dos Estados e dos Territórios da República Federativa do Brasil, presentes ou representados pelos responsáveis pelos órgãos de cultura da respectiva Unidade, reuniram-se em Brasília, nos dias 12,13 e 14 de abril de 1976, a convite do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura, para uma troca de idéias com os órgãos federais do setor, visando a encontrar os rumos para um trabalho comum.

Com a Política Nacional de Cultura, estabeleceu o MEC os princípios e normas que orientarão a atuação do Governo no Setor. Contudo, o documento assenta o espírito dessa atuação no elevado propósito de estabelecer um sistema de cooperação entre as diversas ordens de Governo - o federal, os estaduais, os municipais - assegurando assim o sentido que deve ter a atividade oficial no campo da cultura.

Os objetivos do encontro poderiam, pois, ser resumidos na criação de uma oportunidade de troca de idéias com as autoridades estaduais, visando a assentar uma programação capaz de fecundar o espírito de cooperação que anima a Política Nacional de Cultura.

Reconhecendo o quanto foi útil este encontro em que a ausência de formalidades possibilitou, além de uma fecunda troca de idéias, um significativo contato pessoal, os participantes ressaltam

que desse entrosamento resultará, para o futuro, um maior intercâmbio e uma melhor identificação na realização de atividades comuns.

II - PRINCÍPIOS E IDEIAS

1. Política Nacional de Cultura

A Política Nacional de Cultura, por seu aspecto orientador, deverá ser a inspiradora das diretrizes estaduais no campo da cultura. Em todos os casos, no entanto, a implantação desta Política deverá obedecer a critérios diversificados, levando-se em consideração as particularidades, carências e potencialidades regionais.

O respeito ao patrimônio e às tradições de cada comunidade deverá orientar, por sua vez, os programas estaduais de Cultura que visem a despertar os valores das sociedades interioranas atendendo à necessidade de democratização e interiorização da cultura.

2. Interregionalização

A Interregionalização da Cultura - através de programas em que um grupo de Estados promova entre si o intercâmbio cultural, acentuando as características e valores comuns - é objetivo altamente desejável.

Recomenda-se, pois, amplo atendimento a nível regional, para efeito das programações artísticas, com a finalidade de simplificar e, portanto, possibilitar montagens de peças teatrais, exposições, apresentações artísticas, etc., procurando-se o denominador comum que permita o intercâmbio.

Para isso, devem os Estados procurar a harmonia dos programas regionais, enquadrando-os nos respectivos planos estaduais de cultura, e compatibilizando estes planos com a Política Nacional de Cultura.

As instituições afins dos Estados componentes de uma mes-

na região sócio-cultural (como museus, teatros, arquivos, bibliotecas, etc.), deverão manter desde já contato permanente visando ao intercâmbio de idéias, peças e documentos, como primeira etapa da interregionalização da cultura.

Como na interiorização, também a interregionalização da cultura em hipótese alguma poderá contribuir para a descaracterização do perfil cultural de cada unidade do País.

3. Estímulo à criatividade

Os programas estaduais de cultura deverão conferir especial ênfase ao estímulo à criação, por meio de prêmios, encomendas de obras musicais, teatrais e outras, além do estímulo à criatividade de toda a população, num trabalho de estreita vinculação com os sistemas educacionais. Em qualquer caso, porém, fica reservada a não-interferência direta do Estado no processo de criação - consoante as normas estabelecidas na Política Nacional de Cultura.

Os festivais de arte e outras manifestações eventuais - aqui entendidos como formas de difusão e consolidação da cultura brasileira - merecerão amparo e estímulo dos Governos, menos pelo que possam representar de grandioso e espetacular, e mais pelo que reflitam do atual momento das artes no Brasil.

A preocupação de uma visão nacional, que valorize os aspectos regionais da cultura brasileira, deverá orientar as promoções artísticas patrocinadas pelos órgãos oficiais.

4. Cultura e Educação

Recomenda-se que, na programação cultural, se tenha primordialmente a preocupação educativa, sem descuidar do atendimento às inclinações e preferências da comunidade. Ratifica-se, com isso, o conceito de que não pode haver educação desvinculada da cultura, aqui entendida, não apenas como período escolar, mas como atitude permanente.

A preocupação educativa primordial não deverá atingir a espontaneidade da manifestação artística, colocando-a dentro de rígidos padrões didáticos.

Em termos de criatividade e vocação artística, deve ser a criança um indiscutível polo de prioridade. A criança deve ser dada ênfase especialíssima em qualquer programa de difusão e desenvolvimento cultural do País. Nesse sentido, é fundamental que o Plano Nacional de Cultura inclua em suas perspectivas a escola aberta para a comunidade, como verdadeira agência de cultura.

É importante considerar - no que se refere ao desenvolvimento da criatividade com vistas a uma produção artística - que o MEC deveria estimular a criação de oficinas abertas. Tais oficinas funcionariam em regime assistemático, fundamentalmente vinculadas à realidade de cada região de maneira a propiciar o desenvolvimento de vocações autênticas, sem o compromisso formal de leis orgânicas. Parte esta idéia de que o artista não se forma: in forma-se. E que sua participação num eventual mercado consumidor, em regime profissional, é mera questão de regulamentação trabalhita.

Ressalta-se a clamorosa ausência de recursos humanos em níveis nacionais para todo trabalho de ação cultural e preservação de patrimônio. Nesse sentido, recomenda-se com veemência a implantação de um programa federal destinado a treinar técnicos ha bilitados em setores específicos, tais como arquitetos e mestres de obra especializados em restauro de monumentos, bibliotecários, professores de educação artística, museólogos, arquivistas, fonotecários, etc.

Tendo em vista a grande variedade de soluções que têm sido adotadas nos Estados para a estrutura dos órgãos culturais, recomenda-se que haja, em qualquer dessas soluções, o maior entro samento possível entre o Sistema Nacional de Educação e o Sistema Operacional de Cultura, por meio de objetivos que são necessariamente comuns e que se devem consubstanciar em programas nos quais

haja mútua colaboração.

As bibliotecas são um exemplo claro dessa necessidade de colaboração, motivando também uma recomendação especial: o aproveitamento dos recursos do salário-educação na construção de bibliotecas que serviriam ao ensino de 1º grau e também abertas à comunidade.

Por outro lado, alerta-se para o fato de que, com excessiva facilidade, se cogita da criação de museus, sem que se reflita sobre a necessidade de sua vivificação.

As peculiaridades de cada um dos Estados - e até de Municípios - conduzem a soluções diversas, impossíveis de serem sistematizadas nacionalmente. Lembrou-se, no entanto, a possibilidade de um convênio das Universidades com os órgãos executivos de cultura dos Estados, o qual compatibilizaria o programa cultural com a ação universitária. Tal compatibilização seria verificada constantemente pelo trabalho de uma comissão mista composta de representantes dos órgãos envolvidos.

Espera-se que o MEC estimule, nos sistemas radiofônicos estaduais, a criação de centros de produção para atendimento de emissoras de alcance local, uma vez que o rádio ainda é veículo de grande força para a integração nacional.

Por isso mesmo, entende-se que as autoridades do MEC devem responsabilizar os meios de comunicação de massa pela deturpação de valores nacionais de cultura ou pela ausência de veiculação de temas nacionais brasileiros nos programas que produzem.

Finalmente, lembrando que já se propôs ao País a comovente campanha de assegurar-se o repouso e aposentadoria dos nossos melhores atletas, pondera-se que seria extremamente oportuno que se reservassem alguns dos recursos da Loteria Esportiva, ou iniciativas congêneres, para o desenvolvimento de programas culturais regionais e nacionais, considerando-se, para isso, que o esporte é também manifestação cultural.

III - RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

1. Sugestões ao MEC/DAC:

- a) Estabelecimento de uma sistemática de apoio técnico e financeiro por parte do MEC para as programações culturais dos Estados, com a implantação de um mecanismo de liberação de recursos, a exemplo dos já existentes nos programas educacionais.
- b) Estudo, por parte do DAC, sobre a possibilidade de aplicar seus recursos no custeio das operações de intercâmbio de programas e eventos, pois os orçamentos estaduais dificilmente poderiam arcar com a iniciativa.
- c) Organização e distribuição de um questionário para levantamento do perfil cultural dos Estados, com a finalidade de obter dados necessários à implantação, na área estadual, da Política Nacional de Cultura.
- d) O perfil cultural de cada Estado servirá ainda de base para o estabelecimento de critérios de atuação do MEC no que diz respeito à prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, permitindo ainda o estudo para a criação de um "Banco de Recursos Humanos" na área da cultura.
- e) Estímulo do MEC - através dos órgãos estaduais ao cadastramento das manifestações, acervos e agentes de cultura em cada município. Em particular, tal cadastramento deverá também fornecer dados para a composição de um calendário cultural nacional que vise a evitar a duplicação ou sobreposição de eventos, esforços ou iniciativas.

2. Capacitação de Recursos Humanos

Aos Conselhos Estaduais de Cultura - recomenda-se sejam

submetidos os currículos escolares de todos os níveis, a fim de que sejam avaliados quanto à sua adequação à realidade cultural de cada região. E sugere-se que tais currículos incluam atividades e programas visando à valorização, à defesa e à conservação do patrimônio cultural da Comunidade, do Estado e do País.

Particularmente, no que diz respeito aos programas de ensino de 1º e 2º graus, é indispensável que se inclua, entre as suas disciplinas, o Folclore Nacional.

Na formação de recursos humanos, nem sempre se poderá agir apenas levando às regiões carentes o especialista. Em casos como o da preparação de restauradores museológicos, pesquisadores e outros, a escola bem equipada torna-se indispensável. Recomenda-se, nesses casos, que determinadas especializações se concentrem, evitando-se a pulverização de recursos e a consequente precariedade de meios.

É importante frisar a necessidade de se ampliarem os recursos existentes de restauração, de museologia e de se criarem recursos para a pesquisa histórica musical, acentuando-se, mais uma vez, a importância da correta localização desses recursos e de não serem criados outros, desordenadamente, no País.

Respeitadas estas diretrizes, promoveria, então, o MEC o apoio à formação de pessoal técnico (nível superior, médio e prático), nas áreas de museus, arquivos, restauração, música (instrumentistas e regentes), artes cênicas e danças.

3. Meios de Comunicação

Para assegurar-se o uso dos meios de comunicação de massa (para fins exclusivamente culturais), recomenda-se a criação de redes integradas, regionais, de TV Educativa e Cultural, com apoio e assistência federal.

Também com objetivos educativo-culturais, recomenda-se um maior aproveitamento das rádio-emissoras oficiais e, através de convênios, das rádio-emissoras particulares.

4. Artesanato

A implantação de um programa especial de defesa do artesanato tradicional popular é medida urgente a fim de evitar a extinção desta manifestação legítima de cultura por força de distorções que ocorrem até mesmo em órgãos públicos.

5. Mão de Obra Artística

Com relação à mão-de-obra empregada pelas entidades governamentais do País, preocupa a ausência de critérios limpidos de escolha e eleição que possibilitem a contratação de maior número de criadores e intérpretes, sem que a ação oficial fique restrita a apenas poucos nomes do cenário artístico nacional.

6. Prêmios Literários

Para melhorar resultados no estímulo que se dá por meio de prêmios literários, torna-se altamente desejável uma sistematização desses prêmios, evitando-se a multiplicação desordenada de concursos de âmbito nacional promovidos pelos Estados, em benefício dos valores regionais.

Nesse sentido, recomenda-se que os Estados criem concursos regionais de monografias sobre temas históricos, artísticos e científicos que lhes sejam de interesse comum.

7. Teatro - Música - Dança

Na área das artes cênicas, o sistema de inter-regionalização deverá conduzir à elaboração de um circuito nacional que permita a movimentação por todo o País, em boas condições empresariais, de grupos artísticos de teatro, música, dança, etc. nacionais ou estrangeiros.

Recomenda-se também que, mesmo quando os espetáculos cênicos contem com a promoção de organismos oficiais, sejam os ingressos vendidos, ainda que por preço irrisório, respeitadas as condições sócio-econômicas de cada comunidade a que se destinem. Acreditamos que tal procedimento contribuirá para a valorização dos

espetáculos.

8. Turismo

Preocupa o fato de que, com frequência, se têm estimulado no País programas de turismo supostamente culturais. Principalmente nos Estados detedores de áreas de grande fluxo turístico, o êxito econômico de alguns empreendimentos vêm contribuindo para a depredação de valores da natureza e da cultura nacional. Pondera-se, portanto, a conveniência da constituição de uma comissão interministerial, para exame profundo desse problema aflitivo.

9. Intercâmbio

A troca sistematizada e permanente de informações, publicações e de auxílio técnico entre os Estados e destes com o Governo Federal, através de seus órgãos culturais, é medida imperativa e urgente, principalmente quanto ao patrimônio histórico e artístico.

O intercâmbio deverá ser suficientemente amplo de maneira a abranger permuta de calendários para planos de interiorização cultural, dados e projetos de política ecológica.

A criação de um catálogo nacional incentivaria o intercâmbio de publicações e dos acervos estaduais.

10. Interiorização da Cultura

Nos programas de interiorização da cultura é indispensável a colaboração e participação das Universidades de Escolas de Nível Superior que existam no interior de cada Estado, por já constituírem polos culturais nas respectivas áreas.

11. Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural

O registro sistemático, visual e fônico de documentos vivos e/ou estáticos da história brasileira contemporânea me-

rece imediata atenção de todos os que se preocupam com a preservação das manifestações culturais brasileiras.

De igual significação é a preservação dos acervos dos arquivos estaduais, públicos ou privados, com tratamento técnico específico e restauração e conservação de documentos.

Lembra-se ainda a conveniência de um plano nacional de microfilmagem, como preservação de fonte histórica, com vistas a evitar a multiplicação de esforços e o alto custo operacional da manutenção de vultosas hemerotecas em vários Estados.

Medidas urgentes devem ainda ser tomadas para salvar da especulação imobiliária os espaços rituais, tais como os do candomblé baiano. Tais medidas devem ir até o tombamento.

12. Norte

A Região Norte do Brasil ressen-te-se de maior intensificação de atividades culturais, em particular à carência, com raras exceções, de Museus de Arte, de orquestras e conjuntos de câmara, de teatro de porte médio, de melhor equipamento das bibliotecas estaduais, de falta de arquivo devidamente organizado; esta situação é agravada pela dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado, sugerindo-se, em consequência, maior apoio do governo federal e dos governos estaduais e territoriais para que estas atividades possam ser animadas. Somente assim as manifestações culturais encontrarão ambiente propício para seu desenvolvimento em ritmo mais acelerado.

13. Nordeste

No que se refere em particular ao Nordeste, é sugerido que, a par da preservação do patrimônio e das manifestações culturais regionais, se promovam os meios convenientes para que seus valores culturais - música, folclore, arte, teatro, grupos, danças, etc., - sejam incluídos em programas nacionais para maior difusão desses aspectos peculiares da cultura nacional.

IV - CONCLUSÃO

Os Secretários de Cultura dos Estados e dos Territórios da República Federativa do Brasil expressam seu agradecimento ao Sr. Ministro Ney Braga pela iniciativa desse encontro - oportunidade de troca de idéias, identificação de necessidades comuns e formulação de sugestões - que esperam ver repetido para melhor aperfeiçoamento do planejamento e realização de atividades culturais no Brasil.

Nesse sentido, reforçam sua disposição de ver instituída a rotina de encontros bi-anuais, nos meses de abril e outubro, para que se mantenha em dia a oportuna avaliação dos programas e de realizações em curso.

Os Secretários de Cultura concordam ainda em realizar, ao menos anualmente, um encontro a nível regional que além de estabelecer bases e formas de atuação comum, funcione como reunião preliminar preparatória dos encontros nacionais.

Brasília, 14 de abril de 1976